

Aos dezoito dias do mês de Junho de dois mil e dez, nesta Vila de Coruche, Auditório do
Museu Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa
era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pela Segunda Secretária Ana
Patrícia Caçador Palma e pelo Deputado Municipal José Dionísio, que foi convidado para auxi-
liar a Mesa na condução dos trabalhos. (Partido Socialista)
Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:
Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão,
Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Ernesto Cordeiro e Artur Fernando Salgado (Partido
Socialista)
Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodrigues e Liliana Catarina Barroso de Sousa
(Coligação Democrática Unitária)
Gonçalo André Ramos Ferreira (Movimento Independente de Cidadãos por Coruche)
José Manuel Conceição Meirinho de Jesus (Partido Social Democrata)
Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da Branca - Partido
Socialista), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche -
Partido Socialista), Mário Isidro das Neves Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia da Erra -
Partido Socialista), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda
- Coligação Democrática Unitária), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia
de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Fre-
guesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista)
Não estavam presentes o Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e os
seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Bernardina Ferreira, Luisa Pinheiro Portugal, José
Fernando Constantino Teles, Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Fre-
guesia do Biscainho - Partido Socialista), José Nogueira da Silva Casanova, Edite Maria Pardal
do Vale Santos Formigo, António Joaquim Soares e Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta
de Freguesia do Couço - Coligação Democrática Unitária), Abel Manuel de Matos Alves dos
Santos (Movimento Independente de Cidadãos por Coruche)
O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de
conformidade com os Artigos 78.º e 79.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção
da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro
O Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão fez-se substituir por José Dionísio,
membro a seguir na lista do Partido Socialista
A Deputada Municipal Isabel Maria Bernardina Ferreira fez-se substituir por Patrícia
Sofia Rosão Tadeia, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade de pre-
sença de Sérgio Manuel Teles



O Deputado Municipal José Fernando Constantino Teles fez-se substituir por Joaquim
Guilherme Ribeiro, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade de pre-
sença de Irina Isabel Ramos Ferreira
O Deputado Municipal José Nogueira da Silva Casanova fez-se substituir por Rui Miguel
Friezas Aldeano, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária
A Deputada Municipal Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo fez-se substituir por
Helena Margarida Estêvão Fernandes, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Uni-
tária, por impossibilidade de presença de Mafalda Sofia Marques Mateus Fonseca, Flávio Nuno
Vilelas, Nélia Cristina Ferreira Coutinho e Luís Alexandre Dias Friezas
O Deputado Municipal Abel Manuel de Matos Alves dos Santos fez-se substituir por
Sandra Luísa Négrier Meirinho Diogo, membro a seguir na lista do Movimento Independente de
Cidadãos por Coruche
O Deputado Municipal Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino fez-se substituir pelo seu
substituto legal, Custódio Domingos Marques, Secretário da Junta de Freguesia do Biscainho
Verificado o quórum, com a presença de vinte e seis membros, o Presidente da Assem-
bleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, com a seguinte
Ordem do Dia:
PONTO UM - III ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2010
PONTO DOIS - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA
EDIFICAÇÃO
PONTO TRÊS - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA REVISÃO DO PLANO
DIRECTOR MUNICIPAL
PONTO QUATRO - O PEC E AS SUAS IMPLICAÇÕES NO CONCELHO
PONTO CINCO - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO
Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereado-
res, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho e Tiago Portugal Neto Capaz
O Presidente da Assembleia referiu que na última sessão foi acordado a realização de
uma sessão extraordinária para o dia 18 de Junho. No entanto, dada a existência de poucos
assuntos para a sessão ordinária prevista para o dia 25 de Junho, a Mesa decidiu convocar apenas
a sessão ordinária
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Justificação de Falta:- O Presidente da Assembleia deu conhecimento do pedido de jus-
tificação de falta do Deputado Municipal Luís Alberto Ferreira à presente sessão
O Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência com o registo núme-
ro cem a cento e cinquenta e quatro, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais.



Seguidamente deu a palavra aos Deputados Municipais
A Deputada Municipal Ana Palma apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS, a
Declaração que a seguir se transcreve
"Hoje, Sexta-Feira, 18 de Junho de 2010, morreu o elevadíssimo escritor e nobel portu-
guês, José Saramago
A sua passagem pelo panorama literário português enriqueceram-no de um modo indubi-
tável. É, de facto, incontornável que as suas obras dourarão os percursos escolares e académicos
das gerações futuras, e, que, enquanto a literatura portuguesa permanecer, permanecerão o seu
estilo e escrita
Será impossível, para quem é conhecedor da obra de José Saramago, afirmar que possuíu
ódio a Portugal. De facto, poucos escritores transportaram de modo tão poderoso para as suas
linhas a vivência do português, fosse ele um Domingos - mau-tempo do Levantado do Chão, ou
um D. João V, do Memorial do Convento.
A sua obra ilumina o panorama literário português no palco internacional, ao mesmo
tempo que eleva o conhecimento estrangeiro sobre a produção nacional
Assim, a bancada do PS envia os seus sentimentos de pesar à família daquele que foi con-
siderado um dos maiores génios literários, mas sempre afirmou que o homem mais sábio que
conhecera não sabia ler nem escrever."
O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra recordando que na sessão de
26 de Fevereiro a Assembleia Municipal indicou os membros para o Conselho Municipal de
Segurança. Hoje, dia 18 de Junho, o mesmo ainda não será instalado. Vem na mesma linha do
mandato anterior, em que o Conselho Municipal não era convocado ou então não reunia por falta
de quórum
O Deputado Municipal Fernando Serafim referiu: Hoje vou falar para o microfone porque
o Presidente da Assembleia deu-nos a garantia que na próxima sessão o problema do som estará
resolvido
A minha proposta tem a ver com o Serviço de Urgência Básica de Coruche, cuja abertura
estava prevista para Outubro de 2009. No entanto, houve algum atraso nas obras e só em
Dezembro as mesmas foram concluídas. O SUB, no entanto, não entrou ainda em funciona-
mento
Gostava de recordar que tal situação mereceu a atenção do Senhor Deputado António
Filipe (PCP) que em Janeiro de 2010 visitou o concelho de Coruche e manifestou a sua preocu-
pação pela não abertura do SUB
Posteriormente, também o Senhor Presidente da Câmara manifestou a sua preocupação
por o SUB ainda não ter entrado em funcionamento



Segundo li na comunicação social, há a intenção de, em Julho, o SUB entrar em funcio-
namento
Penso que se trata de uma questão que nos tem preocupado a todos, não só ao executivo
mas também à Assembleia Municipal
Nesse âmbito, propunha que fosse constituída uma comissão representativa dos vários
Grupos Municipais, para que junto dos Grupos Parlamentares e da Senhora Ministra da Saúde se
pudesse exprimir as nossas preocupações e a indignação pela política que tem vindo a ser segui-
da pelo Ministério da Saúde
Penso que a não abertura do SUB tem muito a ver com a política de redução de custos a
que vimos assistindo. Não se trata de um problema a nível local, mas sim da política seguida
pelo Ministério da Saúde
O Deputado Municipal Rui Aldeano proferiu a seguinte intervenção:
"O PS e o Sr. Presidente da Câmara insistem em não responder ao requerimento da CDU
que solicitava cópia da lista nominal de todos os consumidores de água com dívidas à Câmara
Municipal de Coruche. Dívida que ascende a 213.751.86 €, conforme informação n.º 4257 de 3
de Dezembro de 2009, da chefe da divisão da administração geral, presente à reunião de Câmara
no passado mês de Dezembro
Em 10 de Março a CDU requereu ao abrigo do regimento e da lei que lhe fosse facultada
uma cópia da listagem nominal de todos os consumidores com dívidas de água
A este requerimento que o Presidente da Câmara estava obrigado a responder no prazo de
15 dias, só obtivemos resposta mês e meio depois e a resposta obtida, não passou de um mero
expediente para não responder, com a argumentação de que o requerimento não estava suficien-
temente fundamentado em termos legais (esta é uma situação inédita em Coruche nos mais de 30
anos de poder local democrático, em que a um requerimento da Assembleia Municipal se exige
despropositadamente fundamentação)
O grupo municipal da CDU em 10 de Maio, volta a requerer a informação solicitada a 10
de Março, fundamentando a renovação do pedido
Em 17 de Junho recebe o grupo municipal da CDU uma resposta do Presidente da Câma-
ra negando a informação solicitada, apoiado num suposto parecer da CCDR de Lisboa e Vale
do Tejo
A questão que hoje aqui colocamos, com toda a clareza, é a seguinte: porque razão o PS e
o Sr. Presidente da Câmara não querem fornecer a lista dos devedores de água?
Recorde-se que em 2003 e 2006 a requerimento da CDU foi facultado pelo Presidente da
Câmara de então que é o mesmo que hoje, a lista nominal dos devedores de água, sem qualque
hesitação



Porque razão e o que se pretende esconder negando hoje essa informação?
Aliás algumas das razões invocadas hoje, para negar essa informação à CDU, prendem-se
com o alegado "direito dos cidadãos a não verem expostos publicamente valores alegadamente
em dívida" (curiosa esta posição quando todos sabemos que consultando a internet podemos
aceder a sites do estado, que contêm listagens de cidadãos em dívida, para a administração fiscal,
a segurança social, etc). Mais curioso ainda é o facto de constatarmos nesta posição do Sr.
Presidente da Câmara, uma certa contradição e incoerência entre a resposta que recebemos e as
afirmações proferidas nesta Assembleia relativamente a esta matéria na sessão de 26 de Feverei-
ro passado. Passo a citar alguns excertos:
"Infelizmente, grande parte dessa dívida tem vindo a aumentar. Na maioria dos casos o
aumento da dívida tem a ver com os mesmos consumidores, que usufruem de água que não
pagam desde o início e servem-se dela abundantemente. Irresponsavelmente foi colocada água à
sua disposição."
"Nestes 200 mil euros de dívida uma grande percentagem está localizada em meia dúzia
de pontos de consumo que todos nós sabemos quais são. Trata-se de situações absolutamente
anómalas e abusivas, mas incentivadas pelo executivo municipal que instalou a água. É o caso
das chamadas hortas sociais no Couço, da Azervadinha, da Quinta Nova, do Bairro do Couço
onde vive etnia cigana."
Se a colossal dívida de água existente hoje para com a Câmara Municipal é da responsa-
bilidade do executivo da CDU que cessou funções em Dezembro de 2001, como o Presidente da
Câmara insinua nas afirmações que acabei de citar, se assim é, repito, qual o receio de facultar a
lista dos devedores? Se como afirmou ela resulta sobretudo das hortas sociais e dos bairros onde
vive a etnia cigana porque não a divulga, é o bom-nome desses cidadãos incumpridores (segundo
o Sr.) que pretende preservar?
De facto há aqui alguma coisa que não bate certo!
Sr. Presidente, o Sr. afirmou aqui nesta Assembleia a 26 de Fevereiro (como se pode veri-
ficar na acta), passo a citar: "Não escondemos nada no armário, não pomos nada dentro da gave-
ta. Não temos essa prática e somos transparentes nos actos que praticamos."
Com todo o respeito, olhe que não parece!
O grupo municipal da CDU exige a V.Ex.ª Sr. Presidente da Câmara, a entrega da infor-
mação solicitada, sem tergiversações, pois de outra forma inferiremos que tem algum interesse
em particular em não nos facultar a informação requerida
Termino informando a Assembleia que o grupo municipal da CDU irá recorrer à IGAL
para que obrigue o Presidente da Câmara a facultar a informação solicitada como decorre dos
direitos que a legislação e o regimento desta Assembleia nos conferem."



A Deputada Municipal Helena Fernandes apresentou, em nome do Grupo Municipal da
CDU, o Voto de Pesar pelo falecimento do escritor José Saramago que a seguir se transcreve:
"A morte de José Saramago constitui uma perda irreparável para Portugal, para o povo
português, para a cultura portuguesa
A dimensão intelectual, artística, humana, cívica, de José Saramago fazem dele uma figu-
ra maior da nossa História
A sua vasta, notável e singular obra literária - reconhecida com a atribuição, em 1998, do
Prémio Nobel da Literatura - ficará como marca impressiva na História da Literatura Portuguesa,
da qual ele é um dos nomes mais relevantes
Construtor de Abril, enquanto interveniente activo na resistência ao fascismo, ele deu
continuidade a essa intervenção no período posterior ao Dia da Liberdade como protagonista do
processo revolucionário que viria a transformar profunda e positivamente o nosso País com a
construção de uma democracia que tinha como referência primeira a defesa dos interesses dos
trabalhadores, do povo e do País
A Assembleia Municipal de Coruche manifesta o seu profundo pesar e mágoa pela morte
de José Saramago. Expressa publicamente esta Assembleia as suas sentidas condolências
A Assembleia Municipal recomenda ao Executivo Municipal que oportunamente seja
considerado a atribuição do nome do escritor/Prémio Nobel da Literatura a uma rua ou praça na
vila de Coruche
Dar conhecimento deste Voto de Pesar às seguintes entidades:
Fundação José Saramago
Comunicação Social
Câmara Municipal"
A partir deste momento, a Deputada Municipal Luisa Pinheiro Portugal passou a
participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e quarenta minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e sete membros
O Deputado Municipal Artur Salgado referiu: Penso que este Voto de Pesar deve ser
reforçado. Secundando o que foi dito pela Vogal da CDU, também queria exprimir aqui uma
recomendação ao executivo para que numa primeira oportunidade possa ser toponimicamente
lembrado o nome do nobel português
Queria também reconhecer a capacidade de militância, a sua luta anti-fascista, um
homem de causas, um ribatejano pobre, um homem que se fez a si próprio e que se alcandorou às
demais instâncias da literatura universal
A Deputada Municipal Patrícia Tadeia apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS,
a Moção "Serviço de Urgência Básica de Coruche" que a seguir se transcreve:



"O Serviço de Urgência Básica de Coruche integra a rede de referenciação de urgên-
cia/emergência, conforme despacho do Ministério da Saúde n.º 5414/2008 datado de 28 de Janei-
ro, o qual veio definir os pontos de acesso a este tipo de serviços. De entre as várias localizações
possíveis para este Serviço, a ARSLVT optou pelas instalações do Centro de Saúde de Coruche.
Considerando que, as obras no Centro de Saúde terminaram em Dezembro, é lamentável
que até ao corrente mês a ARSLVT ainda não tenha dado uma resposta formal ao Município de
Coruche para a abertura do SUB
Considerando que, em Abril de 2009 o presidente do conselho directivo da ARSLVT, Dr.
Rui Portugal, assumia que "o SUB deve ficar localizado no Centro de Saúde de Coruche e que o
que se pretende é que o mesmo reúna todas as condições para um funcionamento pleno e em
pleno, garantindo que todos os critérios que são entendidos como necessários para o seu funcio-
namento estão salvaguardados."
É pois incompreensível que até ao momento, e estando as obras concluídas, não tenha a
ARSLVT tomado medidas para dotar o SUB de Coruche de equipamento e pessoal
Compreendendo esta Assembleia Municipal, os esforços laborados pelo Município de
Coruche e pelo seu Presidente em torno da rápida abertura do SUB, serviço essencial para a
população não só de Coruche mas de todo o sul do distrito de Santarém, exigimos que a ARS
cumpra o que estava desde o início previsto, isto é, assegurar que o SUB de Coruche vai dispor
de um serviço de urgência de 24 horas com dois médicos, dois enfermeiros e um técnico de
radiologia e que o serviço vai estar equipado com RX, electrocardiógrafo com capacidade para
telemedicina, monitor - desfribilhador com capacidade de ligação directa ao centro de orientação
de doentes urgentes do INEM, exames clínicos e equipamento para pequena cirurgia
Assim,
A Assembleia Municipal de Coruche, reunida a 18 de Junho, aprova a presente Moção
exigindo que o SUB entre rapidamente em funcionamento e que a ARSLVT se pronuncie sobre a
data prevista para a abertura do mesmo
Que se remeta a presente Moção:
Ao Sr. Presidente da República
Ao Sr. Primeiro-Ministro
À Sr ^a . Ministra da Saúde
Ao Governo Civil de Santarém
À CIMLT
Á ARSLVT
Ao ACES
À comunicação social local e regional"



A Deputada Municipal Liliana Sousa apresentou, em nome do Grupo Municipal da CDU,
a Declaração que a seguir se transcreve:
"No passado dia 3 de Março a Comissão Nacional de Eleições deu a conhecer a sua deli-
beração sobre a participação/queixa apresentada pela CDU em Outubro passado, a 4 dias das
eleições autárquicas, relativamente à utilização de meios da autarquia na campanha do candidato
do Partido Socialista, Dionísio Mendes
A denúncia centrava-se essencialmente no conteúdo dos "Boletins Municipais" de
Julho/Agosto e Setembro/Outubro, distribuídos em plena campanha eleitoral e onde era feito de
forma clara e objectiva o apelo à reeleição do candidato Dionísio Mendes
Segundo a resposta da CNE, "Uma autarquia local, ao publicar um boletim que vai ser
distribuído durante o período eleitoral, não pode utilizá-lo para criar uma situação de favoreci-
mento ou desfavorecimento das candidaturas no terreno". "Do conteúdo do boletim de
Julho/Agosto destaca-se a entrevista ao Presidente da Câmara Municipal, na qual se verificam
declarações que consubstanciam o apelo ao voto na sua candidatura"
Relativamente ao conteúdo do Boletim Municipal de Setembro/Outubro e sobre o inqué-
rito feito aos munícipes constantes nas páginas 32 e 33, considera a CNE que o mesmo constitui
uma forma de propaganda política, ainda que indirecta, com vista a promover a candidatura do
Presidente da Câmara Municipal a outro mandato autárquico
O parecer da CNE é muito claro e indesmentível. Esta entidade considera que na última
campanha eleitoral para as autarquias locais, houve indícios do uso indevido de meios munici-
pais, para favorecer a campanha do Partido Socialista
A CNE considera que os comportamentos acima descritos consubstanciam uma violação
dos deveres de neutralidade e imparcialidade, prevista e punida no artigo 172.º da LEOAL e
como tal e com fundamento nas apreciações supracitadas, a CNE deliberou remeter os elementos
do processo que resultou da queixa apresentada pela CDU em Setembro de 2009, "aos serviços
competentes do Ministério Público"
A CNE é um organismo insuspeito e este parecer deve fazer meditar a maioria do Partido
Socialista na Câmara Municipal de Coruche, relativamente à forma como usa e abusa dos meios
municipais em benefício próprio
Bem pode vir agora o PS e o Sr. Presidente escamotear a verdade e desvalorizar o con-
teúdo do parecer da CNE, pois irão sempre ficar com alguma coisa de fora. A CNE considerou
haver irregularidades e indícios da violação da LEOAL na utilização dos boletins municipais já
aqui referidos e esse é um facto indesmentível
Esperemos então que o próximo boletim municipal e o sítio da CMC na internet, faça
referência ao parecer da CNE, dando essa informação da mesma forma com que o PS e o execu-



tivo se têm servido de páginas inteiras a referirem ostensivamente a processos a decorrer nos tri-
bunais. Será então correcto que aqueles a quem tão piamente dizem que o boletim serve exclusi-
vamente para informar da actividade da Câmara, tenham agora direito à informação que, não
convém ao poder socialista. Os coruchenses merecem que lhes digam a verdade!
A CDU declara solenemente aqui nesta Assembleia que irá continuar a denunciar todos
os atropelos às mais elementares regras democráticas que vierem a ser praticadas no futuro pela
maioria do Partido Socialista na Câmara Municipal. Disso podem estar certos!"
O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira apresentou, em nome do Grupo Municipal do
MIC, a Moção "Comportamento e Acção das Forças de Segurança" que a seguir se
transcreve:
sociedade enquanto factor de estabilidade e desenvolvimento das actividades humanas
2 - Tendo em conta a escassez de efectivos no nosso concelho e a consequente dificulda-
de em actuar no combate ao crime e no aumento da sensação de segurança por parte das
populações
3 - Sendo a criminalidade uma realidade no concelho de Coruche que não dá sinais de
diminuir, ao mesmo tempo que as populações percepcionam um clima de impunidade e
insegurança
4 - Sendo a organização dos efectivos, dos serviços, e, da relação com as comunidades e
as pessoas, um dos grandes desafios da liderança por parte das forças de segurança
5 - Na sequência de várias queixas apresentadas por cidadãos do concelho de Coruche, e
nesta Assembleia Municipal, sobre determinados comportamentos desadequados, menos correc-
tos, que colidem com o bom relacionamento que se deseja, entre os cidadãos cumpridores e suas
comunidades, com as forças de segurança, por parte de militar da GNR
Vem o Grupo Municipal do MIC, solicitar que se faça chegar ao Comando Territorial da
GNR de Coruche, ao Comando Geral da GNR e ao Ministério da Administração Interna, esta
moção no sentido que a situação possa ser cabalmente investigada e alterada, para que os proce-
dimentos sejam adequados e aproximem as populações das forças de segurança, condenando o
comportamento e atitudes descritas e relatadas por vários cidadãos e em particular pela situação
apresentada nesta Assembleia no passado dia 30 de Abril de 2010
Solicita-se ainda que o Executivo Municipal diligencie no sentido de acompanhar e sen-
sibilizar a GNR para esta situação e que possa o Conselho Municipal de Segurança ser também
envolvido
Que se dirijam os recursos de todos no sentido do combate ao crime e na protecção das
populações
POPulações



Que se dê conhecimento às seguintes entidades:
Ministério da Administração Interna
Governo Civil de Santarém
Comando Local, Territorial e Geral da GNR
Grupos Parlamentares da Assembleia da República
Divulgue-se nos locais do costume e aos órgãos de comunicação social locais, regionais e
nacionais."
O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Em termos de crítica ao Boletim Munici-
pal, o conhecimento que temos a nível deste concelho é que há, de facto, obra feita e é isto que se
diz. A obra apareceu desde que o PS entrou nos comandos deste concelho. Nota-se a diferença.
Basta olharmos o concelho. Obras que eram antes anunciadas pela CDU, como por exemplo o
Rossio
Dizer ainda que não foi o Boletim Municipal que fez a campanha para que o PS aumen-
tasse a sua maioria absoluta. Há que reconhecer este trabalho que tem vindo a ser feito ao longo
dos anos e que a CDU ainda não reconheceu, mas que certamente irá reconhecer
Em relação às forças de segurança, não podemos entrar aqui numa crítica. Claro que que-
remos mais segurança em todo o país e também em Coruche. É reconhecido que se tem apetre-
chado as forças de segurança com mais meios. Julgo que não há razões como existiam anterior-
mente
Recordo que na freguesia de Santana do Mato ocorreram alguns assaltos e foi reconheci-
da a presença da GNR
Penso que tem havido algum esforço por parte desta força de segurança
O Deputado Municipal Joaquim Serrão afirmou: Relativamente às eleições passadas, o
que o antigo executivo fez, e o que os elementos do PS fizeram em termos de campanha eleito-
ral, não foi usar os meios do Município, que isso fique bem claro
Penso que seria perfeitamente ridículo a Câmara não publicar o Boletim Municipal no
período da campanha eleitoral, de Junho a Outubro, ou também tomar posições políticas. Desde
2002 que a Câmara presta informação sobre as obras que está a realizar
Quero lembrar que em 2001, numa entrevista à RVS onde participaram os candidatos à
Câmara, o então Presidente em exercício, candidato pelo PC-CDU, veio dizer que havia visto
favorável do Tribunal de Contas relativamente à obra de construção das piscinas, quando isso era
perfeitamente falso
Nós não precisamos de dizer falsidades, dizemos a realidade aos nossos munícipes. Não
alimentamos falsidades como as que foram alimentadas nesse tempo. O que dizemos é a verda-
de, é a obra que realizamos e desse direito não abdicamos



O Presidente da Assembleia salientou: Podemos aprovar a constituição da comissão do
SUB e depois, em conferência de líderes, decidirmos a composição da mesma
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (quinze do PS,
seis da CDU, dois do MIC e um do PSD) e três abstenções do PS (Mara Coelho, Filipe Justino e
Luisa Portugal), aprovar a constituição de uma comissão sobre o Serviço de Urgência Básica de
Coruche
O Presidente da Assembleia colocou à discussão a Moção "Serviço de Urgência Básica
de Coruche"
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Voto favoravelmente a presente
Moção no sentido pressionar a abertura do SUB. No entanto, gostaria de sublinhar que enume-
ram-se as consequências e omitem-se as causas e que é evidente que a ARS é uma entidade que
só se limita a cumprir as orientações do Ministério da Saúde. O PS não tem a coragem de assu-
mir que o SUB em Coruche está em situação idêntica a outras unidades de saúde pelo país fora,
em que foram criadas expectativas da sua abertura em período da campanha eleitoral e agora, em
nome da crise, não se renovam contratos com os médicos e fazem-se cortes como assistimos
todos os dias. Como é óbvio, a responsabilidade é da Ministra da Saúde
Voto a favor da Moção, mas quero salientar esta hipocrisia, enumeram as consequências
e omitem as causas e a causa é a política de saúde seguida pelo governo do PS
Está aí na ordem do dia todos os malefícios desta política sempre em nome da crise. Em
nome da crise destroem o Serviço Nacional de Saúde, os portugueses têm menos condições de
assistência na doença e pagam mais caro os serviços. Isto é o resultado da política do governo PS
e da Senhora Ministra da Saúde
A Deputada Municipal Luisa Portugal referiu: Em relação a esta Moção, quero dizer que
vou votar a favor, acho que muitos dos problemas são de índole administrativo de aquisição do
equipamento e da colocação de mais profissionais, e que o processo poderá ser acelerado se os
autarcas e a população de Coruche fizer pressão sobre essa necessidade
O Serviço de Urgência Básica em Coruche nasce por um estudo técnico que propõe que
não haja nenhum cidadão distante de um serviço de urgência a mais de 50 km. Nesta região iden-
tificou-se Coruche como tendo populações que podiam estar a mais de 50 km e, portanto, não é
uma decisão política. É política porque no fundo é uma decisão estratégica também do Ministé-
rio da Saúde, mas nasce de uma proposta e de um estudo técnico de um grupo de técnicos e pro-
fissionais de saúde
Face a todas as vicissitudes que têm acontecido sobre o equipamento deste SUB, os pro-
fissionais em Coruche, tanto médicos, enfermeiros e assistentes técnicos, continuam a prestar os
seus serviços à população durante 24 horas, os sete dias por semana, apesar das condições em



termos de instalações, que neste momento não são as melhores. É com grande esforço que a qua
lidade é mantida na prestação de cuidados de saúde
Tenho conhecimento que o Presidente da ARSLVT tem estado muito interessado en
resolver esta situação. A verdade é que está em concurso público a aquisição do material
Estranho, e por isso abstive-me na proposta do grupo de trabalho apresentado pela CDU
a ambivalência que a CDU vai apresentando em relação a esta situação. Em tempos, achou que
SUB não devia ficar em Coruche e em termos de campanhas eleitorais defende sempre um hos
pital ao sul do distrito (que é a utopia máxima) que vai servir 60 mil habitantes ou pouco mai
Perante a eminência da abertura do SUB vêm agora propor a criação de um grupo de trabalho
Tudo bem, são mais pessoas envolvidas, mais pessoas que darão ideias e que farão pressão
O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Ao ouvir a intervenção do Deputad
Armando Rodrigues reparei que a CDU já não está contra a instalação do SUB em Coruche. En
tempos defendia a sua instalação no Biscainho. Defendeu essa dama durante muito tempo, ma
agora já compreende que a situação mudou. Felicito a CDU por ter mudado de posição relativa
mente à localização do SUB
Queria retribuir ao Deputado Armando Rodrigues a fraseologia utilizada ao falar de hipo
crisia política do PS, porque se não o fizer até parece que concordo com o Senhor e entendo qu
foi de mau gosto esse tipo de linguagem
O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: O meu sentido de voto sobre a criação d
comissão, de abstenção, foi sobretudo pela linguagem empregue
A linguagem preocupa-me, sobretudo quando vem do lado da bancada da CDU. Vimo
há pouco, noutras declarações que aqui foram prestadas, um exemplo de que se não se fize
vamos fazer queixinhas aqui e além. Neste caso concreto o excesso de linguagem não tem sent
do nenhum. Por isso mesmo me abstive (pelo excesso de provocação e de linguagem)
O Deputado Municipal Rui Aldeano usou da palavra afirmando que não tem problema d
votar a favor desta Moção. Contudo, parece-lhe que é uma Moção muito bem cuidada e que ver
aqui sobretudo para mostrar que o PS quer resolver o problema do SUB
Relembrou todo o conjunto de iniciativas que o PS tem feito ao nível do Serviço Naciona
de Saúde, nomeadamente: encerramento de maternidades; falta de médicos de família, como po
exemplo nas freguesias do Biscainho e da Lamarosa, mas também por todo o pais; falta de cor
dições aos enfermeiros, etc
O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção "Serviço de Urgência Básica d
Coruche"
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Moção
O Presidente da Assembleia colocou à discussão da Moção "Comportamento e Acção da



Forças de Segurança"
O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Em relação a esta Moção, não tenho em
meu poder elementos, nem conheço em concreto os casos que vêm especificados
Tenho conhecimento que há comportamentos desadequados e menos correctos por parte
de alguns elementos da GNR
Provavelmente, a Moção já foi redigida no abstracto por o seu relator ter algum cuidado
com aquilo que escrevia
Não vou votar esta Moção porque desconheço no geral os casos que são apontados (eles
próprios não são apontados)
Em alternativa, sugeria que da parte da Câmara fosse realizada uma reunião com c
Comandante da GNR para análise de algumas questões que são apontadas, mas não descritas
Se a Moção for posta à votação, votarei contra, mas de qualquer maneira deixava esta
sugestão
A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Em relação à Moção do MIC fiquei com a
mesma sensação que o Deputado Joaquim Serrão. Os termos utilizados pareceram na sua maioria
subjectivos e não me parece que sejam idóneos para uma Moção a aprovar por um órgão como é
a Assembleia Municipal
Gostava de recordar que recentemente foi reforçado o número de efectivos da GNR no
concelho de Coruche
No que se refere ao registo da criminalidade a nível do distrito de Santarém, concreta-
mente no concelho de Coruche, queria recordar que foi recentemente elaborado um relatório
nacional de segurança interna que reflecte, de facto, uma diminuição da criminalidade
Não me parece correcto que um órgão como a Assembleia Municipal, que defende o
combate ao crime e a defesa da população, venha dizer que há uma certa irresponsabilidade dos
membros efectivos da GNR no concelho de Coruche, que há impunidade e que existem casos
que não são levados para a frente
Eu não sinto esse clima de impunidade e de falta de segurança no concelho de Coruche.
Quem reside no concelho de Coruche não sente essa insegurança. Neste momento, deparamo-nos
na vila com várias patrulhas não só durante o dia, mas também durante a noite
Não vou votar favoravelmente esta Moção
O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Nota-se, de facto, um comportamento
completamente diferente com os agentes da autoridade
A forma como está redigida esta Moção não tem razão de ser, é desadequada e menos
correcta, daí eu ir votar contra a mesma
Hoje, as forças de segurança têm uma acção mais premente



Em Santana do Mato ia lá uma patrulha, se calhar de dois em dois meses. Hoje, todos os
dias aparece a GNR mais que uma vez. Isto é verdade. É notório que o trabalho está a ser bem
feito. Julgo que estamos no caminho correcto, pelo que não tem razão de ser esta Moção
O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra, referindo que esta Moção
coloca questões que são pertinentes
Salientou que há efectivamente um aumento da criminalidade. Apesar do reforço, há
insuficiência de agentes da GNR e também tem havido comportamentos inadequados conforme
foram aqui relatados na última Assembleia. Configura de alguma forma um abuso do poder. Por
exemplo, reside no Bairro Novo e conhece algumas situações
Pensa que estas matérias deveriam ser tratadas no Conselho Municipal de Segurança, pois
é onde também tem assento o responsável da GNR e é uma reunião mais privada
Referiu que irá votar favoravelmente esta Moção
O Presidente da Assembleia referiu: De facto, a maneira como é redigida esta Moção tor-
na-a difícil de votar.
No dia a dia é reconhecido por toda a gente que há mais autoridade na rua e as forças da
autoridade vão onde nunca foram
Penso que é um pouco isso que está implícito na Moção
A forma como o cidadão comum é abordado, esta é a grande questão, por vezes não há
bom senso. Quem cumpre um dever de autoridade deve ter sempre presente o bom senso
Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, embora vá votar contra esta
Moção, quero deixar aqui este sentimento, porque é o sentimento do cidadão comum
Não estamos a falar em segurança, mais assaltos ou mais crimes, estamos a falar da forma
como o cidadão coruchense é muitas vezes abordado pela autoridade quando está numa infracção
ou não está numa infracção
É de bom senso, de bom tom e de boa educação que as coisas sejam feitas de outra forma,
porque sabemos que o cidadão nem sempre sabe que está em infracção. O cidadão não conhece
toda a legislação e com as últimas alterações é uma coisa difícil. Ser autoridade não é só autuar,
é ter sobre a sociedade civil um sentido pedagógico
Percebo perfeitamente o que é que esta Moção quer dizer, no entanto acho que não está
redigida da melhor forma
Seguidamente colocou à votação a Moção "Comportamento e Acção das Forças de
Segurança"
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezasseis votos contra do PS e nove votos a
favor (seis da CDU, dois do MIC e um do PSD) e duas abstenções do PS (Osvaldo Ferreira e
Jacinto Barbosa), não aprovar a presente Moção



O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:
A minha abstenção foi essencialmente porque não revejo a actuação das forças de segu-
rança nas palavras que foram aqui proferidas pela Moção do MIC e também porque concordo
com aquilo que foi dito pelos colegas da bancada do PS
Creio que este não será o local mais adequado para debater estes problemas.
De facto, há aqui uma questão que tem mais a ver com o bom senso e com as formas de
abordagem que são feitas aos cidadãos e não com o aumento da criminalidade, que sobre os
quais não tenho dados e não sei se alguém nesta Assembleia os possui
Seria interessante, se de facto existe aumento da criminalidade, que trouxessem dados
que nos ajudassem a tomar decisões baseadas em factos. Não creio que seja assim, antes pelo
contrário, os dados a que tive acesso recentemente diziam que a criminalidade estava a diminuir.
Creio que, por vezes, fala-se um pouco de cor, daí a minha abstenção
A Deputada Municipal Luisa Portugal apresentou a seguinte declaração de voto:
Votei contra esta Moção porque penso que pela sua ambiguidade, provavelmente, a sua
eficácia está muito comprometida
Penso que estes problemas individuais, de alguma falta de comunicação correcta com os
cidadãos, não se resolvem com coisas deste tipo
Penso, ainda, que eventualmente, poderá ser feito outro tipo de trabalho junto dos cida-
dãos. Por isso, apresento a presente declaração de voto para que fique em acta
O Deputado Municipal Jacinto Barbosa apresentou a seguinte declaração de voto:
A minha declaração vai no sentido de que esta questão deve ser aqui trazida e falada.
Também, como já aqui foi dito, o assunto deverá passar pelo Conselho Municipal de Segurança e
aí, olhos nos olhos com o responsável pela GNR de Coruche, estes assuntos deverão ser
tratados
É uma verdade que às vezes alguns agentes têm um comportamento muito incorrecto com
os cidadãos
Mas, também há uma verdade que tem de ser dita - é que eles ultimamente sentem
essa tal insegurança
Os cidadãos têm de ser tratados com respeito porque têm os seus direitos e como cida-
dãos poderão ser sempre autuados, mas têm de ser tratados de outra maneira
Penso, no entanto, que isto não se resolve aprovando este tipo de Moções
Há meses a esta parte que tenho pugnado pela segurança quer na freguesia de Coruche,
quer nas restantes áreas do nosso concelho
Há uma questão que para mim é fulcral. A GNR ultimamente tem conseguido fazer o seu
trabalho, depois há uma outra área que, na minha opinião, não o faz - os Tribunais. É aí que



começa a haver a grande falha da nossa segurança
Há oito dias, principalmente em Coruche (Bairro Novo e centro da vila), uma quadrilha
andou a enganar idosos. Na altura alertei a GNR e eles saíram para o terreno e fizeram o seu
trabalho
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do escri-
tor José Saramago
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito do PS, seis
da CDU, um do MIC e um do PSD) e uma abstenção do MIC (Gonçalo Ferreira), aprovar o Voto
de Pesar
O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para prestar alguns
esclarecimentos
O Presidente da Câmara referiu: Relativamente à questão da segurança estou em desacor-
do quando se diz, sem qualquer fundamento, que tenha aumentado a criminalidade, o que não é
verdade
Houve um aumento do número de efectivos no concelho de Coruche e uma maior eficá-
cia do seu trabalho o que tem levado a que diversas situações tenham sido controladas e
estancadas
Não podemos estar sempre a dizer a mesma coisa, ainda que a realidade mude, que é
dizer os mesmos chavões: que há mais criminalidade, que há mais insegurança, que há menos
investimento do governo na segurança.
No concelho de Coruche as coisas têm-se invertido e melhorado. Há um maior número de
efectivos, há mais eficácia nas acções, tem diminuído a criminalidade e assiste-se a uma visibili-
dade muito maior por parte daqueles a quem compete patrulhar o concelho, seja durante o dia
seja durante a noite. Isto é uma realidade.
O Conselho Municipal de Segurança não foi ainda instalado porque há entidades que não
indicaram ainda os seus representantes. É uma dificuldade, temos insistido com algumas entida-
des para indicarem os seus representantes. Esperemos que o façam brevemente, para que possa-
mos instalar o Conselho e para que o mesmo possa reunir
Relativamente ao Município de Coruche divulgar a lista dos devedores de água e ao facto
da CDU entender que tem direito ao acesso a essa lista e a fiscalizar a acção da Câmara, há aqui
uma inversão das coisas. Quem fiscaliza a acção da Câmara é o órgão Assembleia Municipal e
não o Grupo Municipal da CDU ou um Deputado individualmente.
O que está em causa é sobretudo a protecção das pessoas, sejam elas quais forem, sejam
do bairro ou das hortas. Não nos parece legítimo expor essa situação na praça pública para fazer
chicana. Mas acataremos aquilo que for decidido por alguma entidade de direito que o queira



fazer e estamos disponíveis para cumprir a lei, como sempre estivemos
A chamada comissão de inquérito ao Observatório do Sobreiro e da Cortiça (parece que
nos esquecemos todos disso) que tão badalada foi e tanta agitação pretendia causar, acabou por
ser um nado morto, porque não tinha validade, não tinha estatuto jurídico para poder actuar. Não
existia legalmente, como bem fomos dizendo
Em relação à proposta para que na toponímia de Coruche possa ser contemplado o nome
de José Saramago, parece-me perfeito. Vamos encontrar uma solução que seja correspondente à
qualidade, à dignidade e à elevação literária de José Saramago. Espero que nos ajudem a encon-
trar o local, uma praça, rua ou avenida que tenha essas mesmas características
Queria sugerir que, no âmbito da própria Assembleia Municipal, se avançasse com uma
comissão toponímica. Acho que fazia todo o sentido, para que pudéssemos encontrar o local cer-
to para dar o nome de diversas pessoas que pela Câmara ou pela Assembleia foram sugeridas
para a toponímia do concelho. Há pelo menos meia dúzia de nomes que estão em espera. Importa
que seja feita justiça relativamente a essas figuras que até agora, por diversas circunstâncias, os
seus nomes nunca foram colocados em lugares da vila de Coruche ou no concelho. Penso que
tem toda a razão de ser a criação de uma comissão de toponímia no âmbito da Assembleia que vá
analisando as proposta e que vá propondo à Câmara que execute essas mesmas propostas
Relativamente à posição da CNE, importa referir que a CNE não é juiz, não decide, não é
um Tribunal
No mesmo texto da CNE encontram-se elogios e o reconhecimento desses mesmos Bole-
tins Municipais
A CNE debruçou-se sobre questões infundadas. Ainda bem que o assunto é remetido para
o Ministério Público. A seu tempo o esclarecimento virá
Por exemplo, foi apresentada queixa de que o PS teria na sua campanha, numa desloca-
ção ao Couço, usado um autocarro municipal e via-se uma fotografia onde estavam elementos
das listas do PS a fazer campanha. Tratava-se de uma coisa tão simples, mas foi propalada esta
mentira e enviada à CNE. O que aconteceu foi que o Rancho Folclórico do Couço estava a utili-
zar o transporte municipal para uma deslocação e, na altura, estávamos a fazer a abertura da sede
de campanha no Couço e fomos fazer a nossa propaganda junto dos elementos do Rancho Fol-
clórico. Alguém aproveitou o momento e tirou uma fotografia. Depois apresentou queixa à CNE
porque ali estava um exemplo de como o PS e os candidatos do PS usam os meios municipais na
sua campanha eleitoral
O que a CNE faz não é julgar, é emitir parecer, no qual propõe que o Ministério Público
se debruce sob essas mesmas queixas
Aguardaremos a decisão do Tribunal. Quem não deve não teme. Não temos qualquer



dificuldade em assumir aquilo que fazemos e em dar resposta àquilo de que nos criticam
Como já foi dito por um Senhor Deputado, estejam perfeitamente descansados que na
altura das eleições não deixamos de trabalhar, não deixamos de inaugurar obras, não deixamos
de publicar o Boletim Municipal, não deixamos de fazer o que fazemos no dia a dia. Se assim
fosse, o ano passado tínhamos estado seis meses parados. Continuamos a fazer trabalho, conti-
nuamos a publicar o Boletim Municipal e a ter muitos motivos para divulgar aquilo que a Câma-
ra tem feito e continua a fazer em prol deste concelho e não nos vamos desviar do nosso cami-
nho
Sabemos quem foi o elemento que fez a queixa, que publicou mentiras, que tirou fotogra-
fias e as interpretou mal e dessa forma tentou enxovalhar a campanha eleitoral do Partido Socia-
lista. Estaremos tranquilos a aguardar que o Tribunal decida aquilo que lhe parecer melhor sobre
esta situação e sobre outras de que nos acusam aqui e ali de maus comportamentos ou de com-
portamentos menos correctos
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
O Presidente da Assembleia propôs a troca de pontos da Ordem do Dia:
"Ponto Um - Alteração ao Mapa de Pessoal de 2010" passar para "Ponto Dois"
"Ponto Dois - Proposta de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação" passar
para "Ponto Três"
Ponto Três - Informação sobre a situação actual da Revisão do Plano Director Municipal"
passar para "Ponto Um"
A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a troca dos pontos da Ordem do Dia.
PONTO UM - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA REVISÃO
DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Chefe da Divisão de Administração Urba-
nística, Arquitecto Luís Marques e aos técnicos da empresa Vasco da Cunha, Drª. Patrícia Morei-
ra e Drª Sofia Pimentel, para apresentarem o ponto da situação dos trabalhos de Revisão do Pla-
no Director Municipal
Seguidamente deu a palavra aos Deputados Municipais:
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Estando em cursos vários planos de
urbanização de grande dimensão, como por exemplo o da Agolada de Cima, numa área de mil
hectares, se não há risco de descaracterização do concelho, sem estar concluída a Revisão do
PDM?
Penso que estas questões se acentuaram ainda mais depois do anúncio da construção do
novo aeroporto.
O Arquitecto Luís Marques esclareceu o seguinte: Esses planos de urbanização são muito



específicos. Aliás, a legislação prevê agora a execução de planos de urbanização fora dos perí
metros urbanos, para permitir empreendimentos turísticos ou áreas industriais
Na perspectiva da Câmara e do próprio Plano Estratégico Coruche prevê-se que a Câmara
invista nessa possibilidade por forma a ter turismo de qualidade no Município de Coruche
Não se está a desenvolver um plano de urbanização pura e simplesmente porque se per
mite que se faça, também vamos integrando estes aspectos na Revisão do PDM, é uma situação
que vai sendo equacionada nos serviços
Devo dizer que o Plano de Urbanização da Agolada foi muito apreciado junto do Turismo
de Portugal e também foi aprovado em conferência de serviços
O Município não pode parar porque o PDM está em revisão
A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Em nome do Grupo Municipal do PS gosta
ria de agradecer a presença dos técnicos da empresa Vasco da Cunha e também do Arquitecto
Luís Marques em representação do Município
Gostaria, também, de proferir uma intervenção, em nome do Grupo Municipal do PS, que
sintetiza aproximadamente aquilo que consideramos ser o mais relevante naquelas que são as
linhas fundamentais da Revisão do PDM
Sabemos que o PDM é por definição o instrumento fundamental de ordenamento do terri
tório e do desenvolvimento económico e sócio-cultural de um concelho
Conforme ficou explanado na apresentação que ouvimos, existem vários factores que
estiveram no fundamento material da Revisão do PDM de Coruche, nomeadamente no que se
refere a diversos instrumentos de gestão autarca que não estão incluídos no actual PDM
Como foi referido pelo Arquitecto Luís Marques este PDM não consagra a delimitação o
regulamentação de zonas inundáveis em espaços urbanos e urbanizáveis
Não integra a Carta do Ruído
Não integra a Carta Escolar
Não integra a definição de parâmetros concretos de dimensionamentos destinados a áreas
de implantação de espaços verdes e de utilização colectiva e de infra-estrutura viárias e equipa
mentos que obedeçam a normas actualmente em vigor
A destacar, ainda, a importância das delimitações cartográficas de áreas urbanas e urbani
záveis
São pois objectivos de um PDM:
A integração das componentes ambientais sociais e económicas;
O envolvimento da comunidade, atendendo a princípios como a solidariedade e coesão
social, reforçando deste modo a cultura democrática e garantindo a sua satisfação;
A melhoria das condições de vida e de trabalho das populações no respeito pelos valores



culturais, ambientais e paisagísticos;
A distribuição equilibrada das funções de habitação, de trabalho, cultura e lazer;
A protecção da biodiversidade e manutenção dos principais processos ecológicos;
A preservação e defesa dos solos com aptidão natural ou do elevado potencial para acti-
vidades agrícolas, pecuárias ou florestais, restringindo-se a sua afectação a outras utilizações, aos
casos em que tal comprovadamente for necessário;
A adequação dos níveis de densificação urbana, impedindo a degradação da qualidade de
vida, bem como o desequilíbrio da organização económica e social;
A rentabilização das infra-estruturas, evitando a extensão desnecessária das redes e dos
perímetros urbanos e racionalizando o aproveitamento das áreas;
A aplicação de uma política de habitação que permita resolver as carências existentes;
A reabilitação e revitalização do património cultural;
A recuperação ou conversão de áreas obsoletas ou degradadas;
A criação e modernização de equipamentos e infra-estruturas assente no diálogo e na
concertação;
O estabelecimento de parcerias aos diferentes níveis com os agentes económicos e sociais
no sentido de potenciar o desenvolvimento do concelho
A adequação dos níveis da Revisão do PDM do concelho de Coruche a par do Plano de
Desenvolvimento Estratégico Coruche 2020 consubstancia um modelo fundamental para reflectir
sobre políticas e estratégias de intervenção ao nível local, por forma a vir de encontro às necessi-
dades dos cidadãos e qualificar o território concelhio, bem como para preparar o território face às
intenções de investimentos e com isso evitar acções eventualmente lesivas para um bom orde-
namento do território
O PDM enquanto expressão territorial da estratégia de desenvolvimento concelhia, regu-
ladora ou orientadora da gestão urbanística assume um papel fundamental no funcionamento da
mesma, pelo que deverá ser objecto de ponderação
Este é um instrumento que complementa outros instrumentos e que, de facto, não se pode
analisar isoladamente
A conclusão do mesmo atravessa várias fases, encontrando-se actualmente condicionado
pelas alterações legislativas ocorridas com a elaboração do Plano Estratégico e do PROT, agra-
vado, ainda, pelas indefinições relativamente à Revisão
Tais circunstancialismos não afectaram apenas a Revisão do PDM do Município de
Coruche, mas da maioria dos Municípios
Considera pois o Grupo Municipal do PS que esta Revisão do PDM em curso, com a
atenção demonstrada aos diversos condicionalismos apresentados e pelas sucessivas alterações



nesta matéria, deve enquadrar aqueles que são os objectivos estratégicos patentes no Plano Estra-
tégico de Desenvolvimento do concelho, faseado em três eixos fundamentais, tais como: estrutu-
rar a actividade residencial, fortalecer a atractividade empresarial e equilibrar os impactos sobre
os recursos territoriais do concelho de Coruche
Isto só prova que, de facto, o Plano de Desenvolvimento Estratégico é um plano crucial e
importante para o desenvolvimento do concelho
Em tempos passados, não podemos esquecer essa matéria, quando foi feita uma apresen-
tação análoga à que está a ser realizada hoje referente ao PDM e na altura referente ao Plano
Estratégico de Desenvolvimento do concelho de Coruche, houve um Grupo Municipal que não
esteve presente, não se interessou, não esteve minimamente preocupado com aquilo que
são as grandes linhas estratégicas para o concelho de Coruche e que integram e devem integrar
este PDM
O Deputado Municipal José Meirinho referiu: Em primeiro lugar queria felicitar a equipa
técnica pelas excelentes intervenções que aqui nos trouxeram sobre esta matéria
Esta Revisão do PDM tem data definida para findar?
Estive a dar uma passagem pelo documento e, realmente, é um documento bem elaborado
e reparei na referência ao IC 10. Vai ter ou não implicações neste trabalho que estão a efectuar a
passagem do IC 10 pelo nosso concelho? A passagem já está ou não definida?
O Arquitecto Luís Marques esclareceu o seguinte: Efectivamente não se tem data marca-
da. Infelizmente, ainda vamos ter um longo percurso. Acreditamos que agora se começa a siste-
matizar face à legislação que entretanto saiu e à insistência do Plano Geral de Ordenamento do
Território que também teve a ver com as questões do novo aeroporto de Lisboa. Há toda uma
série de situações que já estão de alguma forma amadurecidas e assentes. O que falta para que o
processo se desenvolva é a questão dos critérios da REN. Estamos a trabalhar com os provisó-
rios, se vierem os definitivos, acreditamos que, dentro do prazo de dois anos sensivelmente, pos-
sa vir a ser aprovado
Relativamente aos IC's, as informações que temos são as que decorrem das reuniões com
o INIR. Quanto ao IC 13 já foram desenvolvidos estudos ambientais e, à partida, o que está defi-
nido em termos de traçado é apenas até à E.M. 515 Branca/Biscainho o que tem a ver, necessa-
riamente, com o acesso ao aeroporto. A partir daí ainda existem diversas alternativas que estão
em estudo. Em relação ao IC 10 não há ainda grandes definições
O Deputado Municipal Fernando Serafim usou da palavra, não tendo falado para o
microfone
O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: A minha questão tem um pouco a ver
com dar continuidade ou não ao desenvolvimento de diversos empreendimentos, enquanto o pla-



no não está concluído. Creio que estas autorizações vão sendo analisadas pontualmente e care
cem da audição de todas as partes intervenientes
Neste caso dos empreendimentos turísticos fora das zonas urbanas, obviamente que essa
entidades têm de ser ouvidas, até mesmo para se pronunciarem sobre usos e aptidões dos solos
também ao nível das análises de capacidade de carga que os solos têm, para não condicionarer
futuramente o desenvolvimento de outras actividades económicas e também nos contexto
ambientais e ecológico. Não sei se é isso que acontece, deve ser um pouco por aí
O Arquitecto Luís Marques esclareceu o seguinte: Estes planos de urbanização são
acompanhados pelas diversas entidades que tenham a ver com o solo, actividades económicas
turismo
Estes empreendimentos não se ficam só pelo turismo, têm todas as outras valências, man
têm-se a agricultura, a pesca, a caça. E é nisso é que está o grande interesse. Não se deixa de te
diversos empreendimentos numa só herdade
O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Tenho acompanhado as várias reuniões d
trabalho sobre a Revisão do PDM e gostaria de fazer uma observação que penso ser importante
Nos foros de Coruche e nas freguesias rurais, em que as pessoas pretendem construir e, com-
sabemos, o índice de ocupação é muito baixo e há a necessidade de previsão de um índice mai
elevado
O Presidente da Assembleia salientou: A situação levantada pelo Deputado Joaquir
Banha é uma das grandes preocupações que se põe sobre o PDM. É técnica, mas também
extremamente política. Penso que tem de haver uma pressão política para que possa ser resolvi
da. Em concelhos como o de Coruche e outros à nossa volta, esta legislação não se adapta e
preciso negociar
O Presidente da Câmara referiu: Ninguém tem autonomia e autoridade para elaborar
PDM que deseja, fazemos o PDM com um conjunto de condicionantes legais que decorrem d
uma legislação nacional e que impõe aos concelhos uma série de conceitos de princípios legai
da REN, RAN etc
Uma das questões que tem estado aqui presente e que eu acho que tem de ser mais refor
çada é que se aplique nos novos PDM's os novos princípios orientadores da REN. Ainda são s
os provisórios, os trabalhos têm de ser efectuados com cautela. A REN vai ser efectivament
alterada em função de novos critérios de perspectiva nacional
Quanto à questão levantada pelo Deputado Joaquim Banha, há coisas que não são ilimi
tadas. Quando reconhecemos que em algumas freguesias rurais, nomeadamente aquelas que tên
espaços urbanizáveis, naquela tal faixa de 50 metros junto à estrada, onde os índices são baixo
(de 0.20), onde se pode construir 20% do terreno, temos a perspectiva que os índices podem se



melhorados, agora não será num número ilimitado. Nunca poderemos chegar a um critério de
índice que aponte para 50% do solo. É impensável numa zona de povoamento misto. Mas tam-
bém nos parece que em alguns casos concretos, e temos muitos exemplos, Foros de Coruche,
Fajarda, Branca e Santana do Mato, em que as pessoas pretendem ampliar a sua casa ou fazer
uma nova construção e não conseguem, há que fazer a tal pressão para obtermos uma alteração
dos índices. Pensamos que aquilo que vai ser razoável e vai ser aceite é passar de 0.20 para 0.30
ou 0.35, nunca poderemos ir muito para além disso
Quanto há hipótese de descaracterização do concelho de Coruche em função de um PU
para caracterização turística, uma vez que não estamos a fazer aquilo que nos apetece fazer ou
aquilo que o investidor pretende, importa referir que a aprovação é feita ao abrigo de legislação
que é nacional
Em relação às cotas, à ocupação e ao número de camas, isso está estabelecido nacional-
mente. O PROT da região Oeste e Vale do Tejo estabeleceu os critérios para a ocupação turística
do território e até por sub-regiões. A sub-região do Sorraia, a margem esquerda do Tejo, tem um
tipo de índices diferentes do que tem o Oeste ou o Médio Tejo
Os processos de PU da Agolada e Fidalgos, no meu ponto de vista, estão a ser feitos de
acordo com os interesses do concelho de Coruche
É claro que a Agolada de Cima com o PU que se pretende vir a implementar não vai ser
no futuro a mesma Agolada, mas fica salvaguardado que os espaços naturais que lá existem con-
tinuam a existir ainda que se possam vir a criar infra-estruturas que potenciem o aproveitamento
turístico desta herdade.
Em relação aos Fidalgos existe uma área de vinha, sobreiros, zonas de reservas ecológi-
cas e a ocupação futura deste território é manter estas áreas. O projecto ainda prevê o aumento da
área de vinha e a construção de uma adega
Em relação aos IC's nós não temos muito informação. A mais recente que temos é prova-
velmente com características de auto-estrada. Será o IC 13 a partir de Alcochete que passará a
ser uma A13 até ao aeroporto e depois o IC da E.M. 515 Biscainho/Branca e até ao concelho de
Coruche. Está previsto a partir de Alcochete essa A13 que venha pelo lado do Passil em direcção
ao novo aeroporto, por sul e depois a oriente do novo aeroporto atravessa o Vale de Santo Estê-
vão já em forma de IC e vem pela extrema dos Fidalgos, Branca e Biscainho e a "marrar" aí nes-
sa zona a ligação para a EM 515 lado do Biscainho e para a Branca e continuação para Coruche
até à zona da Quinta Grande
Em relação ao IC 10 não temos muita informação. Já há estudos de impacto ambiental e
quatro ou cinco corredores propostos a passarem todos eles a jusante da vila de Coruche, mas
não há ainda uma definição concreta



Outra questão que está em cima da mesa é a possibilidade de ligar a linha do norte em
termos ferroviários com a zona do aeroporto e a possibilidade dessa linha fazer a ligação para o
Poceirão a partir do Setil. Nesse caso faria parte do trajecto da actual ligação Setil/Vendas Novas
até ao concelho de Coruche e depois faria a ligação a Vendas Novas, fazendo um caminho mais
directo para o aeroporto, mas isso são perspectivas, nada disso está aprovado, nada disso é defi-
nitivo, mas também são condicionantes para o PDM
Acho que devemos procurar que o instrumento de gestão do território, o PDM seja aquele
que mais nos interessa. Se for necessário andar mais tempo até aprovar o PDM, vale a pena, por-
que o PDM que existe está em vigor e não é tão mau assim. Nalguns aspectos tem de ser melho-
rado e modernizado, mas não estamos no vazio legal, apenas estamos num processo de revisão
Em Coruche não há casos tão gritantes assim e alguns casos fomos resolvendo com a
aprovação das alterações em regime simplificado e que resultaram para algumas situações con-
cretas que eram aberrantes
O Presidente da Assembleia referiu: Queria agradecer aos técnicos da empresa Vasco da
Cunha a disponibilidade que tiveram para estarem presentes e pela forma como nos explicaram
esta matéria, árida certamente para a maioria dos membros desta Assembleia. Agradecer também
ao Arquitecto Luís Marques.
Penso que todos nós ficámos a saber um pouco mais em relação ao PDM. Nós sabemos
que o PDM é um documento orientador em relação ao território concelhio, mas há uma série de
linhas que para nós eram completamente desconhecidas. Muito obrigado pela vossa presença
O Presidente da Assembleia referiu: Uma vez que já é meia-noite, peço autorização à
Assembleia para continuação dos trabalhos
A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos
Seguidamente procedeu-se a um intervalo
Reiniciaram-se os trabalhos pelas zero horas e vinte e cinco minutos
A partir deste momento a Deputada Municipal Luisa Portugal deixou de participar
nos trabalhos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e seis membros
PONTO DOIS - III ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2010:- Foi presen-
te o ofício n.º 5767, de 9 de Junho de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando propos-
ta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de
9 de Junho de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presi-
dente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma solicitação do actual Veterinário Muni-



cipal que é um trabalhador a tempo indeterminado e que pertence ao quadro do Município e que
pretende, em regime de mobilidade, deslocar-se para outro concelho
A concretizar-se essa mobilidade, temos de o substituir por outro trabalhador a termo cer-
to e como não temos no quadro este lugar, temos de o criar
Não sabemos por quanto tempo será a mobilidade. Mas temos de manter esse lugar em
aberto de Técnico Superior Veterinário e criar um lugar a termo certo para quem o substituir pelo
período da mobilidade
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a III Alteração ao Mapa de Pessoal de
2010, que fica em anexo à presente deliberação e que aqui se dá por integralmente transcrita para
todos os efeitos legais, nos termos e para os efeitos previstos nos Artigos 4.º e 5.º da Lei
n.° 12-A/2008
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TRÊS - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANI-
ZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO:- Foi presente o ofício n.º 5768, de 9 de Junho de 2010, da
Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada
por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 9 de Junho de 2010, a qual fica a fazer parte
integrante da presente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: No Regulamento Municipal de Urbanização e da Edifi-
cação tivemos de incorporar novas normas e legislação de âmbito nacional
O documento esteve em discussão pública e nessa fase não colheu qualquer sugestão
Está presente à Assembleia para a aprovação final para que seja publicado e que entre em
vigor com as alterações introduzidas
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte votos a favor (dezassete do PS, dois do
MIC e um do PSD) e seis abstenções da CDU, aprovar a Proposta de Regulamento Municipal da
Urbanização e da Edificação



A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO QUATRO - O PEC E AS SUAS IMPLICAÇÕES NO CONCELHO:- O
Presidente da Assembleia deu conhecimento que este ponto foi agendado a pedido do Grupo
Municipal da CDU
Seguidamente passou a palavra à bancada da CDU
O Deputado Municipal Armando Rodrigues proferiu a seguinte intervenção:
Numa altura em que o governo do Partido Socialista, com o apoio do PSD aprovou na
Assembleia da República um conjunto de medidas eufemísticamente designadas de Plano de
Estabilidade e Crescimento, medidas apresentadas como essenciais para atacar a grave crise que
o país atravessa e que são apresentadas como um esforço que é pedido equitativamente a todos
os portugueses, mas na prática é sobre os trabalhadores, os desempregados, os reformados e pen-
sionistas que no essencial incidem os custos desta crise, que teve origem nas políticas de direita
desenvolvidas pelos governos socialistas e sociais-democratas no conjunto dos países da União
Europeia
Com este PEC os trabalhadores vão ver os seus salários reduzidos e aos reformados e
pensionistas o governo já anunciou que as pensões não subirão. O subsídio de desemprego, o
abono de família, o complemento solidário para idosos e outras prestações sociais vão ser redu-
zidas ou eliminadas porque o PS com o acordo do PSD assim o acordaram
Os trabalhadores da administração pública são neste PEC um dos sectores mais atingidos.
O PEC do PS e PSD impede a contratação de novos funcionários e congela salários. Sobre estes
trabalhadores é exercida desde há anos uma enorme injustiça, pois há 10 anos a esta parte vêem
diminuído o seu salário real. Nesta situação estão os cerca de 400 trabalhadores da Câmara
Municipal de Coruche.
O quadro geral das dificuldades que hoje atravessam a generalidade das famílias, em par-
ticular as de rendimentos mais baixos é em muitos casos dramática. No nosso concelho há deze-
nas de agregados familiares a passarem por graves dificuldades económicas e sociais, que não
podemos ignorar. Aliás, o Presidente da Junta de Freguesia de Coruche, eleito pelo Partido
Socialista, afirmou há cerca de um ano, em reunião da Assembleia Municipal, que sabia da exis-
tência de famílias que estavam a passar por grandes dificuldades e sublinhava: "Conheço famí-
lias que andam há três meses a comer arroz e massa temperadas com banha de porco"
Para além das medidas gravosas que atingem a generalidade dos portugueses, também o
PEC prevê uma redução nas transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais de
100 milhões de euros. O que significa que a Câmara Municipal de Coruche terá uma redução na
transferência do Orçamento de Estado para o ano em curso de 434 mil euros. Acresce ainda que
em resultado da crise se irá verificar uma significativa redução até ao final do ano, nas receitas



provenientes dos impostos municipais
É neste contexto que a CDU não pode deixar de achar estranho que até ao momento a
maioria do PS na Câmara Municipal não dê nenhum sinal de redução e contenção nos gastos em
"actividades de recreio e lazer"; ou seja, se em 2009, ano de campanha eleitoral, as despesas cor-
rentes onde estão inseridas as verbas gastas em festas, feiras, inaugurações, sessões solenes,
espectáculos e sobretudo em muita propaganda, atingiram o maior volume desde 2002 (mais de
12 milhões de euros); este ano se não forem tomadas medidas de moralização, redução e conten-
ção, atingiremos valores idênticos. O que é preocupante e chocante, pois enquanto no país e no
concelho as famílias apertam o cinto, a nossa Câmara Municipal continua a anunciar e a concre-
tizar um vasto plano de festas e romarias, insensível às dificuldades dos coruchenses
Perante este quadro impõe-se que a Câmara Municipal de Coruche dê o exemplo. A con-
tenção e redução em acções e actividades supérfluas é um imperativo moral, quanto mais não
seja por respeito àqueles que no concelho sofrem carências várias e vêem a sua autarquia em fes-
ta permanente
Este é o grave quadro que vivemos e por isso a CDU enquanto força política responsável,
propõe e recomenda à Câmara um conjunto de 11 medidas no sentido de moralizar, conter e
reduzir os gastos em acções e actividades que não são prioritárias, bem como recomenda a con-
cretização das medidas há anos anunciadas no sentido de recuperar a dívida de água ao
Município
A CDU propõe as seguintes medidas, a vigorarem de Julho a Dezembro de 2010:
Festas Populares de Coruche: redução de 10% no subsídio a atribuir pela Câmara Muni-
cipal em 2010 (de 100 mil euros para 90 mil euros). Com esta medida a autarquia poupará 10
mil euros
Semana da Juventude: programar esta iniciativa para três dias (um fim de semana) em
vez dos seis dias previstos. A autarquia poupará cerca de 20 mil euros
Feira do Barato e das Oportunidades: Suspender em 2010 a sua realização. A autarquia
poupará cerca de 50 mil euros
Festival anos 80: Suspender a sua realização. Não tem qualquer sentido quinze dias após
as Festas de Nossa Senhora do Castelo. A autarquia poupará cerca de 5 mil euros
Boletim Municipal: passar a ser publicado trimestralmente (hoje é uma publicação
bimensal com tiragem de 10 mil exemplares). Com esta medida a autarquia poupará cerca de 40
mil euros.
Suspensão da atribuição de subsídios/apoios financeiros a associações ou entidades
externas ao concelho
Suspensão de toda a publicidade nos diferentes meios de comunicação social, com





mandar abaixo a Câmara e os Deputados do Partido Socialista
A Deputada Municipal Mara Coelho proferiu a seguinte intervenção:
O Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado pelo governo português para o
período de 2010/2013 é um documento que deve ser analisado à luz da crise financeira interna-
cional e que afectou a economia portuguesa
Portugal não é um caso isolado. A economia portuguesa não vive orgulhosamente só e a
actividade económica durante o ano de 2009 foi fortemente afectada pela propagação dos efeitos
da crise que afectou também os parceiros comerciais do Estado português
Como se pode inferir do documento do PEC, no 2.º trimestre de 2009, Portugal registou
no conjunto do ano transacto um crescimento negativo de 2,7% do PIB e paralelamente registou
também um significativo aumento da taxa de desemprego, que se fixou em 9,5% a média anual
Tal como se explana, todos estes factores agravaram a par da crise económica a crise
social, tendo sido bastante mais exigente a resposta do governo para fazer face a estas situações,
nomeadamente no apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, o que consubstanciou o
balanço negativo nas contas públicas de todos os países
Face ao exposto, na nossa perspectiva, o PEC define uma estratégia clara e credível de
redução do défice e de correcção do crescimento da dívida até 2013. Visa privilegiar a redução e
contenção da despesa, manter um quadro geral de estabilidade fiscal que não comprometa a
competitividade e o emprego, assegurar a sustentabilidade das finanças públicas enquanto supor-
te de crescimento sustentado da economia, forçar o quadro orçamental orientando para uma
orçamentação quase plurianual, articular-se com uma política de reformas estruturais para a
modernização e competitividade da economia portuguesa e para o combate ao endividamento
externo
Deste modo, o factor determinante na viabilidade do PEC é sem dúvida a credibilidade do
mesmo. É essa credibilidade que deve ser aferida pelos agentes económicos e pelos analistas nas
instituições internacionais
A avaliação do PEC não pode pois ter um carácter isolado, antes pelo contrário, sendo um
documento de orientação estratégica da política económica ou financeira dos próximos anos
deve enquadrar nos seus objectivos e nas suas opções fundamentais o contributo e a solidarieda-
de responsável das diferentes forças políticas e dos parceiros sociais
Todavia, no quadro político português, esta responsabilidade e esta concertação é como
bem se viu escassa. É essa atitude de desprendimento para com a situação real do país, que se
retira das tomadas de posição de alguma oposição em detrimento da recuperação económica
do país
É sabido que, para que se possa incentivar a economia e aumentar o emprego, é necessá-



rio iniciar a redução do défice excessivo
Posto isto, cumpre ainda relevar algumas notas que nós, Partido Socialista, consideramos
fundamentais:
A União Europeia disse por diversas vezes que o PEC é credível, ambicioso e corajoso
O documento recebeu sinal positivo da Comissão Europeia, da OCDE e do FMI.
O Partido Socialista entende que este não é o PEC que gostaríamos, não é o PEC que
desejamos. Todavia, sabemos que este é o PEC responsável e crucial
Portugal cumpriu as directivas a que estamos obrigados pela União Europeia
Gostava ainda de recordar que no passado dia 15 de Junho e note-se, apesar das medidas
de autoridade emanadas pelo governo, o Comissário Europeu dos Assuntos Económicos e Mone-
tários disse que os objectivos revistos da Espanha e Portugal parecem garantir uma posição glo-
bal orçamental adequada para a União Europeia, mas há uma evidente necessidade de avança
com mais empenho com a agenda da reforma estrutural
Recordamos, ainda, que numa lógica europeia estão neste momento em curso formas de
saneamento das finanças públicas em 12 países que foram alvo de processos pela Comissão
Europeia, nos quais Portugal se inclui. Na óptica europeia apenas 3 Estados Membros, não fica-
ram sob processos de défice excessivos. São o caso da Estónia, Bulgária e da Suécia. Natural-
mente que tudo isto tem consequências para as autarquias locais e Coruche não é excepção
As medidas de autoridade são sem dúvida uma contingência para os municípios e reflec-
tem-se directamente nas finanças municipais. Neste contexto, foi aprovado uma redução de cem
milhões de euros nas transferências do Orçamento do Estado para os municípios, tendo como
consequência uma quebra de 3,8% nos valores que constavam no Orçamento do Estado
para 2010
Em relação a 2009, 295 municípios têm o aumento de 1%, enquanto que um muni-
cípio diminui 3,4%, é o caso de Benavente, um município diminui 5,9% e 11 municípios per-
dem 8,6%
Foi também confirmada a aprovação do endividamento líquido para os municípios, tendo
sido aditado um novo ponto que clarifica a interpretação do endividamento líquido. Nesse senti-
do, apenas se considera endividamento líquido a contratualização de novos empréstimos em
montante superior ao valor da amortização da dívida que tenha ocorrido no mesmo exercício
orçamental
Nestes termos, não será possível ao conjunto dos municípios com capacidade de endivi-
damento vir a utilizar o valor correspondente às amortizações dos municípios que esgotaram
aquela capacidade, conduzindo assim a um endividamento global inferior ao exercício anterior
O Grupo Municipal do Partido Socialista, em conformidade com a situação de autarcas e



da responsabilidade que tal cargo acarreta, considera que a revisão de tais medidas cautelares são
de facto penalizadoras para os municípios. Todavia, bem sabemos que em matéria de contabili-
dade autárquica tais medidas são em termos nacionais um mal necessário
Dizer por fim que a ANMP apresentou um conjunto de propostas que vão de encontro às
necessidades dos municípios e que nenhum grupo parlamentar adoptou na íntegra. Tais medidas
e as propostas de alteração acolhidas nas medidas adicionais ao PEC foram propostas apenas
pelo grupo parlamentar do Partido Socialista
Dizer ainda que para nós, imperativo moral é continuar a investir no desenvolvimento e
no progresso do concelho de Coruche. Desenvolvimento esse que passa naturalmente por uma
lógica de marketing territorial, no qual a campanha "Coruche Inspira" se integra
Todas essas actividades que foram enumeradas pelo Senhor Deputado da CDU, como é o
caso da Semana da Juventude e do Festival dos Anos 80, incluem-se nessa perspectiva de marke-
ting territorial. Para alguns são festas, para nós é investimento e sobretudo investimento no
turismo e na promoção do concelho a nível interno, mas também a nível externo
O Boletim Municipal é um órgão informativo do município e nós consideramos que os
munícipes têm o direito de ser informados, sobretudo, sobre o que se passa na actividade
autárquica
O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: Depois de uma brilhante leitura dos factos
sobre o PEC, também gostaria de dizer algumas palavras sobre a proposta da CDU relativamente
ao PEC concelhio
Acho que há aqui uma contradição. Diz-se cobras e lagartos do Governo (porque está a
fazer o PEC a nível nacional) e depois propõe-se um PEC a imitar o Governo a nível concelhio
É de lamentar ouvir dizer, e não é a primeira vez, referências à redução do subsídio para a
Comissão de Festas. Não sei se na bancada da CDU há alguma aversão às festas ou como dizem
"festinhas e festarolas". Relativamente às Festas Populares de Coruche queria lembrar o Senhor
Deputado Armando que as mesmas não se realizaram desde 2001. Desde essa data que são as
Festas em Honra de Nossa Senhora do Castelo. Retomaram o seu nome. Disse que se deveria
retirar às Festas Populares de Coruche 10 mil euros. Gostava de lhe perguntar se alguma vez rea-
lizou festas com a dimensão das Festas do Castelo, se sabe qual é a dificuldade em angariar fun-
dos e se sabe quanto é que elas custam
Queria lembrar que a nossa até é uma festazinha. A do "Avante", com o slogan "não há
festa como esta", é que é uma festa
Queria dizer que não é retirando verbas às Festas em Honra de Nossa Senhora do Castelo,
nem com as outras medidas que foram propostas, que se resolvem os problemas. Conheço as
dificuldades e também não sou nenhum "burro que anda a esconder a cabeça na areia e que não



vê o que se passa em seu redor", mas as pessoas, e se calhar aqueles mais carenciados, e que até
sobrevivem à custa do rendimento mínimo de inserção, não sabem gerir. Eu não vou todos os
dias ao café comer bolos e tomar café, enquanto muitos daqueles que têm o rendimento mínimo
de inserção até lá vão todos os dias
Sempre me ensinaram que temos de viver com aquilo que temos e não esbanjar de qual-
quer maneira. Não quer dizer que não haja famílias carenciadas. Eu sei que há e que muitas delas
são gente séria, mas também há os outros. Deixemos de ser o país dos coitadinhos. Tenho um
horror a isso. Somos um país de gente trabalhadora e com capacidade intelectual para resolver os
seus problemas. Nós temos todos um pouco a tendência de tratar o nosso povo de coitadinho. Eu
não trato, não sou assim
Em relação aos cortes de verbas, essas mesmas verbas já foram votadas por esta Assem-
bleia. Agora vamos propor cortes? Acho que não se deve fazer isso, era criar um precedente.
Depois há outros acordos, como por exemplo com a REFER (que é por três anos) e os acordos
são para cumprir. Isso não é de gente séria. De gente séria é fazer contratos, firmá-los, mantê-los
e pagá-los
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Antes de começar a minha intervenção gos-
taria apenas de dar duas notas muito breves
A primeira prende-se com o agrado que tive em ouvir o Vogal Filipe Justino a admitir
que "não há Festa como esta", quando se referiu à "Festa do Avante". E de facto é verdade. A
"Festa do Avante" é realmente única porque é toda feita através de trabalho militante e por isso
consegue ser a grande festa que é
A segunda nota serve para corrigir algumas inverdades sobre a viabilidade do PEC, que
nos foram trazidas pela intervenção da Vogal Mara Coelho
Dizer aos Senhores Vogais que realmente existem alternativas e que o PCP, através do
seu grupo parlamentar, apresentou um conjunto de propostas alternativas ao PEC e aos seus
malefícios
Vou passar à minha intervenção:
Senhores Vogais,
O nosso país, e à semelhança do que se passa um pouco por todo o mundo, está a atraves-
sar um período de crise
Não vou falar da crise do ponto de vista económico e financeiro, mas sim do ponto de
vista que os portugueses e os trabalhadores a conhecem
Estou claramente a falar da face da crise que atinge os que trabalham e os mais vulnerá-
veis como é o caso dos idosos e reformados. Falo daqueles que devido à especulação têm que
fazer múltiplas acrobacias para que o seu salário lhes chegue ao fim do mês quando chega.



São portugueses, trabalhadores que devido aos aumentos constantes da electricidade, do gás, dos
combustíveis e até da água, em contraposição aos seus baixos salários constantemente congela-
dos, se vêem cada vez mais em sérias dificuldades para gestos tão básicos como alimentarem e
vestirem os seus filhos
Para além destes existem ainda os 560 mil desempregados inscritos nos Centros de
Emprego, mais os 100 mil desempregados que estão a participar em medidas de emprego e acção
profissional e ainda aqueles que já desistiram de estar inscritos nos Centros de Emprego.
Números surpreendentes e cruéis que já levaram a OCDE a estimar um desemprego de 10,8%
em Portugal
O drama das famílias agrava-se e já não são poucas as que retiram os seus familiares de
lares, que compram pão do dia anterior por ser mais barato ou que até, como reconheceu há um
ano atrás o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coruche, como algumas famílias no nos-
so concelho, comem arroz temperado com banha
O governo PS e PSD como alternativas apresentam o PEC que não é mais que um nó na
corda já pendurada. Para combater os baixos salários oferecem o congelamento dos mesmos,
aumentam os impostos a quem já pouco traz ao final do mês para casa, aumentam o IVA em
produtos que no seu ver devem ser de luxo como é o pão e atacam ainda mais os desempregados
dando-lhe cortes no subsídio de desemprego, querendo criar a imagem que os desempregados
são calões que simplesmente não trabalham porque não querem. Grande moral a do Partido
Socialista!
Ao contrário do que o PS tentava fazer crer, a crise não passou. Até o Senhor Presidente
da Câmara se gabava no Boletim Municipal de Novembro/Dezembro de 2009: "há indicadores
que nos fazem acreditar que o pior já passou e que a crise tem mesmo fim anunciado"
Pois bem, afinal a crise agravou-se e também toca à autarquia de Coruche que vai receber
um presente envenenado do governo PS e sofrer um corte de 434 mil euros nas transferências do
Orçamento de Estado. Este corte aliado à não contemplação para o concelho de qualquer verba
de PIDDAC é preocupante
Impõe-se então que a Câmara tome medidas de contenção sobretudo naquilo que é supér-
fluo, para que possa concretizar o que é essencial ao bem estar dos coruchenses e ao desenvol-
vimento de Coruche
Outras autarquias já o estão a fazer. Recentemente a Câmara de Benavente anunciou a
elaboração de um plano de contenção, admitindo até que poderá ter que "sacrificar algumas
acções previstas"
Certamente que o PS que tanto tem apregoado a moralização e a contenção a nível nacio-
nal não se irá atrever a dizer que não há necessidade deste plano de contenção no nosso



concelho
Certamente que numa altura de contenção não são os outdoors, as páginas inteiras de
publicidade e as festas cocktail ao pôr-do-sol as prioridades para Coruche e os coruchenses
Deixo ainda outro desafio à Câmara e ao PS: reduzam a despesa no que não é essencial,
executem o essencial e lembrem-se que para muitos trabalhadores municipais a implementação
da opção gestionária seria a melhor ajuda que lhe podia ser dada face aos seus baixos salários.
Mas ainda antes da Opção Gestionária efectuem a subida de escalão e correspondente actualiza-
ção salarial ao conjunto de trabalhadores que até já atingiu os dez pontos de classificação neces-
sários, mas que mesmo assim ainda não foram promovidos
O mundo não mudou em duas semanas, embora esse seja o argumento do PS. Mas se
assim o acham correspondam ao apelo da CDU e executem o moralismo apregoado por vocês
socialistas e cortem no supérfluo, contribuindo para não caducar o futuro das novas gerações de
coruchenses. Talvez assim se possa fazer justiça junto de quem trabalha para a autarquia em vez
de se servirem almoços junto a piscinas ou no montado
É hora de se provar que a crise apregoada é realmente para todos e que os sacrifícios
pedidos aos coruchenses não vão servir apenas para pagar propaganda e almoços às estrelas das
novelas
Por fim, dizer que o PS bem pode fazer as fintas que quiser, mas hoje a proposta por nós
aqui trazida é muito concreta: A Câmara tenha a coragem para fazer cortes excepcionais, tendo
em conta o também momento excepcional que o pais atravessa
Mostre, então, o PS em Coruche que tem a coragem que apregoa ao impor sacrifícios aos
portugueses em geral e neste caso aos coruchenses em especial
O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Todos nós sabemos que o PCP se há PEC
está contra o PEC. Se não há PEC está contra porque não há. O PCP está sempre contra. Não é
surpresa a posição do PCP, estão sempre do contra seja qual for o tipo de governo, seja qual for o
tipo de política, seja qual for a proposta aqui apresentada
Em relação à proposta do PCP em diminuir 10% o subsídio das Festas de Coruche, não
sei se sabem que o subsídio, face à inflação, tem diminuído todos os anos. O valor atribuído tem
sido o mesmo ao longo dos anos e, como a inflação existe todos os anos, cada vez atribui-se
efectivamente menos verba. Este ano vai-se entregar menos essa percentagem em relação ao ano
passado. No ano passado foi a mesma coisa, portanto, isso vem a acontecer desde há
alguns anos
Quero lembrar que a Comissão de Festas consegue obter uma grande parte da verba que
despende na realização das Festas. Quem quiser inteirar-se das receitas e das despesas da Comis-
são de Festas pode fazê-lo. Elas são publicadas, inclusive nos jornais regionais, ao contrário do



que se verificava antes de 2001. Era prática corrente a Câmara pagar a totalidade das festas e,
como se sabe, pagava muito mais do que aquilo que a Câmara tem atribuído de subsídio nestes
últimos anos à Comissão de Festas. Quero deixar aqui bem claro esta situação. Fala-se na atri-
buição de verbas para a Comissão de Festas, mas esquecemos que anteriormente a Câmara gas-
tava com as Festas do Castelo sensivelmente o dobro do que gasta hoje
A Deputada Municipal Liliana Sousa usou da palavra referindo que a CDU apresenta um
conjunto de medidas muito concretas e específicas e nenhum dos Vogais do PS se referiu a elas a
não ser de uma forma demagógica
A verdade é que não há aqui nenhuma contradição
A CDU avança para estas propostas partindo do princípio que há, efectivamente, uma
diminuição de 434 mil euros para o Município de Coruche
O que se pretende é que a Câmara faça contenção naquilo que é acessório e naquilo que é
supérfluo
O que o Governo está a fazer não é um corte no que é acessório e naquilo que é supér-
fluo. Está sim a tomar medidas que vão penalizar os mesmos de sempre. É um roubo nos salá-
rios, um ataque no subsídio de desemprego, uma diminuição na comparticipação dos medica-
mentos e um ataque directo às pequenas e médias empresas
A CDU apresenta-se aqui com estas propostas no sentido de se solidarizar com os traba-
lhadores da autarquia e com a população nos seus direitos ao salário, à saúde e à educação
A CDU apresenta-se aqui de forma muito responsável e merece da vossa parte muito
respeito
O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: O que se passou aqui foi exactamente a
típica conversa retórica que já conhecemos do Partido Comunista Português. A nível nacional
não consegue impor e depois vem para aqui tentar impô-la a nível regional
Há aqui uma clara contradição. A nível nacional são contra o PEC (reconheço que há cor-
tes para a Câmara), mas depois quer impor um PEC diferente
A desonestidade intelectual é de facto da bancada do Partido Comunista/CDU, quando
diz que a Câmara é insensível às dificuldades das pessoas. Então a Câmara anda aqui e não vê
nada? Anda a dormir completamente? Então quando é solicitado à Câmara Municipal apoios
para casas com rendas controladas, reconstruções de habitações e outros tipos de apoios? Não
sabemos isso ou não queremos saber? Ignoram isso porque lhes convém
Vêm com a situação de uma festa, esquecendo que as freguesias também fazem as suas
festas
Em Santana do Mato vai haver festa e não me importa que digam que está sempre em fes-
ta. A população colabora e quer que continue também aqui em Coruche



A retórica nacional já não é ouvida
A Deputada Mara Coelho descreveu aqui, de facto, o caminho certo e não é exactamente
o que é apontado por esse documento que acabamos de ouvir da parte do PCP/CDU
O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra, salientando que há uma
redução na ordem dos 434 mil euros e o que a CDU propõe é um conjunto de contenções em
relação a acções que não são prioritárias.
A CDU não queria deixar de trazer esta proposta para que o PS reflicta e vai continuar
nesta linha
O Presidente da Assembleia referiu: Na matéria que os Senhores trouxeram a esta
Assembleia, independente da discussão que aqui foi feita, quem é visado essencialmente é o exe-
cutivo municipal. Portanto, é o Senhor Presidente da Câmara que vai ter a palavra final sobre a
matéria
O Presidente da Câmara referiu: Foi publicado recentemente o que se chama "O Anuário
Financeiro" e que faz a análise daquilo que são os desempenhos financeiros das autarquias por-
tuguesas, de norte a sul do país, respeitante ao ano de 2008. Em 308 Municípios, há 180 conside-
radas pequenas autarquias, nas quais está o Município de Coruche. No ranking dos trinta melho-
res desempenhos financeiros, Coruche é o vigésimo oitavo
Naturalmente que nos dá algum conforto e alguma tranquilidade saber que o Município
de Coruche está entre os melhores no desempenho do ponto de vista financeiro
Apesar disto, temos perfeita consciência da situação que estamos a viver. Em 2009 redu-
zimos as chamadas receitas correntes, aquilo que tem a ver com a arrecadação de impostos ou
algumas taxas municipais. Sabemos que o Município de Coruche depende muito do Orçamento
de Estado e depende pouco de receitas próprias. Em 2009 a arrecadação de receita diminuiu sig-
nificativamente e em 2010 vai manter-se ou até agravar-se
Agradecendo naturalmente a boa vontade da CDU, mas não querendo ser arrogante, per-
mitam-me dizer que dispenso os conselhos da CDU. Não é preciso vir demagogicamente sugerin
medidas ao executivo, porque temos essas medidas pensadas. Tenho aqui um conjunto de pro-
postas que pedi aos serviços para o executivo analisar ainda este mês e, no princípio de Julho,
comunicarmos em primeira mão a todos aqueles que trabalham no Município de Coruche e por-
mos em prática nos meses que faltam até ao final do ano. O objectivo é reduzir entre 10% a 20%
daquilo que são as despesas correntes, já que também será por aí que andarão os cortes ou dimi-
nuições nesse tipo de receitas
O concelho de Coruche não foi roubado ou espoliado em 437 mil euros. O que sabemos é
que acresceu 1% ao Orçamento de 2010 face àquilo que era o Orçamento de 2009. O Município
de Coruche, face ao Orçamento do ano passado, vai receber mais 109 mil euros da parte do



Orçamento do Estado. Ou seja, a não haver PEC não recebíamos 109 mil euros, mas sim 437 mil
euros. Não vale a pena chorar sobre o leite derramado, sabemos que é assim, é uma realidade,
todos nós aceitamos que o PEC afinal até é necessário. Portanto, o Município de Coruche terá de
gastar menos porque vai receber menos
Há Câmaras que vão reduzir em todas as rubricas 20% daquilo que estava orçamentado.
Acho que não é o melhor método. Nós vamos procurar fazê-lo de forma racional e de forma
equilibrada dentro do nosso critério. Como aqui foi dito e sublinhado, temos maioria absoluta e
temos uma opinião, mesmo quando tínhamos maioria relativa tínhamos opinião e penso que não
houve nenhuma excepção, conseguimos sempre fazer prevalecer a nossa opinião. Ainda que com
maioria relativa aprovámos sempre os Orçamentos que entendemos, os Planos de Actividades
que entendemos, porque a maioria da Assembleia entendia que eram as melhores medidas
Não vou revelar quais são as medidas, até porque quero anunciar isto aos trabalhadores,
mas temos um conjunto delas já previstas e incidem sobre despesas correntes
Em relação a investimento, a despesas de capital, não vamos poupar absolutamente nada.
Vou desiludir muita gente, nomeadamente a oposição que nos quer amarrar e que nos quer parar
a actividade, mas tudo o que seja despesa de investimento não deixamos de fazer e faremos tudo
e mais alguma coisa para aproveitar os fundos comunitários
Se for preciso criar dívida dentro daquilo que são os limites do PEC, criaremos dívida.
O que está definido no PEC é que a dívida a criar tem de ser idêntica à amortização da dívida
existente
Investir também é uma forma de combater a crise, é uma forma de criar emprego e de
criar desenvolvimento. Vamos investir tudo aquilo que seja possível e aquilo que faça sobretudo
crescer, desenvolver o concelho de Coruche e aproveitar ao máximo os fundos comunitários
Alguns exemplos daquilo que já são medidas concretas e algumas delas são perfeitamente
simbólicas: estamos a beber água dos jarros. Há dois meses que não compramos paletes de água
para reuniões. Nós até pertencemos à empresa Água do Ribatejo e sabemos que a água é de boa
qualidade. Sei que não tem muita importância, mas, se calhar, são alguns milhares de euros no
final do ano
Há dois meses que só saem dois autocarros por fim-de-semana. É evidente que isto é
penalizador para algumas colectividades. Mas é uma forma de se consumir menos combustível,
menos horas extraordinárias, menos ajudas de custo, menos portagens e menos desgaste de mate-
rial. É uma importância efectiva naquilo que são despesas correntes
Não se trata de nenhum reparo, mas se a Assembleia se mantiver neste ritmo durante este
mandato, e não fizer aquelas sessões extraordinárias para caçar senhas de presença, vamos pou-
par muito dinheiro. Não me esqueço das diversas Assembleias que no mandato anterior foram



	transferidas para outro dia, ou porque não havia tempo para as continuar, e então marcavam-se				
	novas sessões para se ir buscar senhas de presença e para com isso financiar pessoas e, sobretu-				
do, para financiar partidos. É uma verdade. Se a Assembleia tiver contenção e se fize					
	reuniões que são estritamente necessárias, também pouparemos muito dinheiro. Todos nós				
	podemos dar o exemplo a este concelho e a este país				
	O Presidente da Assembleia referiu: Relativamente à recomendação da CDU que foi				
	apresentada à Câmara, penso que já foi respondido pelo Senhor Presidente da Câmara				
	Uma recomendação não é para votar				
	PONTO CINCO - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-				
	Foi presente o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao perío-				
	do de 22 de Abril a 7 de Junho de 2010, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta				
	O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presiden-				
	te da Câmara				
	O Presidente da Câmara referiu: Queria elogiar o facto de se ter dado uma outra forma de				
	apresentação ao Relatório da Actividade. Agora é de mais fácil abordagem, de mais fácil leitura				
	e as actividades estão elencadas de uma maneira muito mais objectiva. Dou os parabéns aos				
	serviços				
	Queria realçar algumas obras que me parecem extremamente importantes:				
	Conclusão da Entrada Norte de Santo Antonino, desde a rotunda dos supermercados até				
	ao castelo. É uma requalificação urbana de grande qualidade e que acrescenta valor, acrescenta				
	qualidade de vida, melhores acessibilidades, melhor circulação pedonal, mais segurança no aces-				
	so às escolas, às piscinas e à circulação rodoviária				
	Inauguração da Sala Polivalente do Biscainho no dia 25 de Abril, uma iniciativa que fazia				
	falta à população do Biscainho e é o cumprir de um sonho e o cumprir de um compromisso da				
	Câmara Municipal e de mim próprio				
	Quando negociámos com a Câmara Municipal de Benavente a transferência do Centro				
	Social Biscainho/Foros da Charneca, fizemo-lo sempre com a conviçção de dotar a freguesia de				
	uma infra-estrutura que no futuro servisse o Biscainho. Isto levou a processos escabrosos por				
	parte da direcção política da CDU. Seja-lhe prestada justiça por aquilo que chatearam e que ten-				
	taram fazer contra o Município de Coruche, contra o Presidente da Câmara Municipal de Coru-				
	che e contra o Presidente da Câmara Municipal de Benavente. Levou até a processos em Tribu-				
	nal e, mais uma vez, "levaram sopa" e "meteram a viola no saco". Claro, deixaram de falar disso.				
	Podemos recordar o que andou por aí na comunicação social durante o primeiro mandato do exe-				
	cutivo do Partido Socialista, na primeira maioria do Partido Socialista de 2001 a 2005				
	Finalmente está pronto esse equipamento, uma sala polivalente com qualidade para servir				



a população do Biscainho
Dizer, também, que dentro desta política de requalificar e de dar mais condições de vida
às populações, foi com satisfação que no dia 25 de Abril se inaugurou a ETAR da Erra. Para
alguns nunca ia acontecer, a Erra ficava desprezada. Mas a Águas do Ribatejo, ao contrário da
vontade de muitos, está com força para concretizar trabalho
Também há quinze dias atrás inaugurámos a ETAR da Branca. Brevemente, outras serão
inauguradas, nomeadamente a do Couço e da Zona Industrial do Monte da Barca e mais tarde a
de Santana do Mato e da Fajarda, etc
No dia 15 de Junho tiveram início as obras de infra-estruturação de esgotos nos Foros de
Coruche. Sensivelmente, daqui por um ano, teremos os Foros de Coruche ligados à rede de esgo-
tos e ao tratamento de esgotos da ETAR de Coruche
Perdoem-me alguma emoção e algum entusiasmo, mas estas são obras de inegável inte-
resse para o concelho. Não tem nada a ver com festas, festarolas e festinhas, mas a CDU, infe-
lizmente, e a nossa oposição em geral, prima pela ausência. Ao menos vão às inaugurações para
estarem actualizados, para saberem aquilo que se faz e para perceberem que isto é importante
para as populações. Quando nessas inaugurações se põe algum formalismo, é porque quem traba-
lha a favor destas iniciativas merece que elas também sejam divulgadas, sejam promovidas e que
apareçam nos jornais, na televisão e na rádio. Isto é feito a favor das populações e para dar qua-
lidade de vida. É por isso que as populações reconhecem quem trabalha por elas. Aqueles que só
dizem mal, só destroem, naturalmente que não terão sucesso nas próximas eleições, como não
tiveram nas anteriores
O Presidente da Assembleia deu a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Mário Ribeiro referiu: Queria dar os parabéns ao Senhor Presi-
dente da Junta de Freguesia da Branca pela inauguração da ETAR e também ao Senhor Presiden-
te da Junta de Freguesia do Biscainho pelo excelente espaço que tem ao dispor da população do
Biscainho. Quando se faz inaugurações na minha terra, gosto de marcar presença e de dar apoio
a essas pessoas pelo reconhecimento de muito trabalho e muita dedicação
Compreendo porque é que algumas pessoas são convidadas e não marcam presença nas
inaugurações. Às vezes o que custa não é perder, mas sim a cara com que ficamos, isso é
que custa
Ficam aqui os parabéns para essas pessoas que têm feito muito pelas populações das suas
freguesias. Um abraço muito forte para eles e obrigado Senhor Presidente da Câmara pelo apoio
que lhes deu para conseguirem estas obras.
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
O Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da



palavra				
O munícipe Manuel Santos Coelho, residente na Malhada Alta, usou da palavra, referindo				
que o esmagamento que a bancada do PS e o Senhor Presidente da Câmara tentam fazer em				
ção à oposição minoritária é realmente inacreditável passados trinta e seis anos depois do 25 de				
Abril, daí não se poderem admirar da oposição não estar presente nas inaugurações e noutros				
convites que são formulados				
Referiu que, hoje, esteve aqui em discussão o PEC e a necessidade de fazer economias e				
poupanças e, como cidadão consciente dos seus direitos e deveres, queria dar uma pequena con-				
tribuição uma vez que recebe três exemplares do Boletim Municipal com endereço e ainda mais				
um que é colocado na caixa postal. Entende que, esta intervenção é simbólica, mas é um desper-				
dício que se faz de muitos meios, pelo que gostaria de entregar ao Senhor Presidente da Assem-				
bleia os exemplares do Boletim Municipal				
Referiu ainda que a sua presença nesta Assembleia é no sentido de defender o seu bom				
nome em relação à constituição pela Assembleia Municipal, no mandato anterior, da "Comissão				
de Inquérito sobre a Empreitada do Observatório do Sobreiro e da Cortiça"				
Seguidamente, fez uma pequena resenha sobre todo o processo				
Terminou dizendo que a maioria vence sempre, mas nem sempre a maioria tem razão				
Entregou um requerimento do seguinte teor:				
"Manuel Santos Coelho, residente em Rua da Salgueirinha, Malhada Alta, 53 - 2100				
Coruche, portador do BI 2310526, emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em				
12.2.2007, vem expor a V.Ex ^a . o seguinte:				
O requerente foi indigitado pela CDU para integrar a "Comissão de Inquérito à Obra de				
Construção do Observatório do Sobreiro e da Cortiça"				
A Comissão elaborou um relatório que entregou à mesa da Assembleia Municipal, tendo				
terminado nessa data as suas funções				
Vem agora o Tribunal pronunciar-se sobre o assunto através de despacho, independente-				
mente da análise que o referido despacho possa merecer, importa acima de tudo esclarecer qual o				
interesse para a questão em causa, a referência que é feita aos nomes dos elementos da referida				
comissão repetidamente em vários órgãos de comunicação, em notícias com origem na Câmara				
Municipal				
Assim, venho requerer a V.Exa. que em defesa do bom nome, solicite ao Sr. Presidente da				
Câmara Municipal de Coruche, a resposta à seguinte pergunta:				
Quais os objectivos que a Câmara Municipal de Coruche pretende atingir com a sucessiva				
menção dos nomes dos membros da "Comissão de Inquérito ao Observatório do Sobreiro e da				
Cortiça", quer no site da Câmara Municipal, Boletim Municipal, programa Magazine Autárquico				



e vários jornais que publ	licaram notícias com origem na Câmara Municip	oal?					
Esperando o emp	penho de V.Exª na obtenção de resposta e que se	e digne a informar-me do					
que houver por convenie	ente."						
ENCERRAMENTO:- E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu							
encerrada a Sessão, à uma hora e cinquenta e cinco minutos, do dia dezanove do corrente							
	avrou a presente Acta, que eu, Ana Patrícia C	_					
Secretaria, subscrevo:	A Segunda Secretária						
	11 Segunda Secretaria						
	,						
	O Presidente da Assembleia Municipal						
	,						